

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DO TRABALHO DA ____ VARA DO TRABALHO DE

PROCESSO Nº: _____

EMBARGANTE: _____

EMBARGADO: _____

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

O EMBARGANTE, por seu advogado infra-assinado, nos autos do processo em epígrafe, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência opor os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, com fulcro no artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e nos artigos 1.022 e seguintes do Código de Processo Civil, **pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:**

I - DOS FATOS

1. O presente recurso é tempestivo e tem por objetivo suprir omissão/contradição/obscuridade(verificar o que couber) no v. acórdão/decisão proferida nos autos.

2. (Descrever detalhadamente a omissão, contradição ou obscuridade apontada, indicando os pontos específicos da decisão que carecem de esclarecimento ou complementação).

II - DO DIREITO

3. O artigo 897-A da CLT dispõe que cabem embargos de declaração contra acórdão para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material.

4. Ademais, o artigo 1.022 do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho, regula os embargos de declaração, confirmando sua finalidade e hipóteses de cabimento.

III - DO PEDIDO

5. Diante do exposto, requer-se:

- O conhecimento e o provimento dos presentes Embargos de Declaração para que sejam sanadas as omissões/contradições/obscuridades apontadas,

esclarecendo-se os pontos indicados, de modo a tornar o julgado claro, completo e coerente;

- Caso Vossa Excelência entenda pela alteração do julgado, que seja realizado nos termos das

Fonte original deste documento:

<https://documentos-lex.com/embargos-de-declaracao/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-lex.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.